

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



OS INTELLECTUAIS E OS PODERES

VOLUME 24, 2003

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O PODER INTELECTUAL DOS MÉDICOS Finais do século XIX - inícios do século XX

“Ao médico cabe por direito tradicional o primado entre os cérebros, preiteado desde a Odisseia de Homero até à filosofia de Comte - Medicus vero unusquisque peritus omnes homines (Na verdade cada médico é perito acerca de todos os homens)”⁽¹⁾.

Introdução

Em 1884, numa conferência proferida no Porto, Ricardo Jorge afirmava que “grassa em demasia o preconceito de que o campo médico é uma especialidade estreita e reservada; transpô-lo, em nome da própria ciência afigura-se talvez um atentado. É forçoso e legítimo combater de frente esse prejuízo ignaro, e assegurar esse papel supremo que à nossa ciência cabe na direcção mental e social”⁽²⁾. Com isto reivindicava o reconhecimento do papel tutelar que o médico devia exercer nas sociedades modernas, isto é, nas sociedades que, afastados os preconceitos religiosos

* Bolseira de doutoramento da FCT.

⁽¹⁾ Ricardo Jorge, “O médico penitente”, *A Medicina Contemporânea. Hebdomadario Portuguez de Sciencias Medicas*, Anno XXXI, n° 49, 7-XII-1913, p. 390.

⁽²⁾ *Idem, Hygiene social applicada à nação portugueza. Conferências feitas no Porto*, Porto, Livraria Civilisação de Eduardo Costa Santos-Editor, 1885, pp. 40-41.

e/ou metafísicos, se quereriam regidas pela ciência, religião do futuro tal como Comte profetizara.

Na verdade, se houve grupo sócio-profissional que conseguiu, ao longo de Oitocentos, de forma consistente e continuada, impor o seu saber como princípio de conhecimento, de orientação e de transformação da sociedade, esse grupo foi o dos médicos. A sua crescente afirmação mede-se pela eficácia com que estruturaram as práticas, as mais quotidianas, moldaram os corpos e regeram os comportamentos, criando, simultaneamente, a ilusão de deterem um novo poder salvífico.

Este artigo pretende examinar algumas das ideias e a força de um grupo que conseguiu impor, sem violência, o conjunto das suas definições do mundo, fazendo-as aceitar não só como as mais adequadas à realização da felicidade colectiva, mas também como as únicas capazes de realizar a harmonia social. Não quer isto dizer que o processo tenha sido totalmente pacífico. Se na estratégia de convencimento utilizada pelos médicos, o apoio e a anuência do poder político, que soube absorver na administração pública grande número destes profissionais liberais, foi passo decisivo, a luta, intelectual embora, com outros saberes/poderes foi explicitamente assumida em todas as frentes.

Em primeiro lugar, com os antigos detentores dos instrumentos de produção simbólica – os padres. Há todos os motivos para perceber o médico, tal como ele nos aparece na sociedade do século XIX e inícios do século XX – âmbito cronológico deste artigo – como um novo *clerc*. É que ele emerge como o proprietário de um saber especializado, que é um poder de evitar, ou pelo menos atenuar, o sofrimento, um poder/saber sobre a vida, capaz de afastar a morte. De realizar a salvação nesta vida, agora sacralizada. A ciência médica, usufruindo do geral prestígio da ciência, impôs-se como um saber secularizado, por vezes de combate anticlerical, mas que, laica e supletivamente soube sacralizar o seu conhecimento, a sua linguagem e a sua acção.

Ao longo de Oitocentos, nesta luta pelo poder simbólico, os médicos também tiveram de se defrontar com a posição de relevo ganha pela literatura (e pelo literato) na liderança da opinião pública esclarecida do país. É que o prestígio e o poder da palavra, escrita e/ou falada, faziam emergir o escritor e, em especial, o poeta como o encarnador daquilo que se começava a chamar o espírito do tempo ou o espírito da nação. Mediadores da memória e da história, os poetas pareciam ser capazes de transcender o tempo e a morte. Os médicos, por seu lado, afirmavam-se

como cientistas, capazes de prometer o adiamento (crescente) do desfecho inevitável da vida. E se o prestígio da ciência e, em particular, da medicina induziram em alguns poetas e/ou romancistas uma atitude cientificista – veja-se o caso de Zola em França ou de Abel Botelho em Portugal –, o médico começou igualmente a pronunciar-se, no seguimento de Max Nordau⁽³⁾, sobre a obra de arte⁽⁴⁾, patologizando mesmo algumas correntes estéticas que não se compaginavam com o optimismo gnosiológico e histórico que inferiam do seu próprio saber.

Luta da medicina, também, contra o saber do Direito e o poder dos seus intérpretes. Combate pelo poder de enunciação, isto é, pela capacidade de fazer ver o mundo e de o transformar. Talvez neste combate a vitória visível tenha sido dos legistas; mas alcançaram-na com crescente incorporação da visão médica da sociedade.

Por outro lado, compreender o poder do saber médico significa, ainda, ter em conta a transformação da imagem do corpo e o deslocamento das atenções da doença para a saúde. Quer isto dizer que, a partir dos meados do século XVIII, o progressivo conhecimento da anatomia e, já no século XIX, o avanço do conhecimento fisiológico deram lugar a uma profunda revolução. O corpo humano começou a ser visto como portador de resistências insuspeitadas⁽⁵⁾, mas também vulnerável às condições mesológicas⁽⁶⁾. Conhecer o homem, saudável ou doente, e explicar o seu comportamento, normal ou patológico – ambição totalizadora da medicina –, decorre entre estes dois pólos explicativos que parecem excluir-se. Começava, pois a desenhar-se uma fractura entre natureza e cultura, ainda hoje por resolver⁽⁷⁾, e que deu lugar a um duro combate

⁽³⁾ Max Nordau, *Dégénérescence*, Paris, Félix Alcan, 1899.

⁽⁴⁾ Veja-se, por exemplo, Miguel Bombarda, “Duse”, *A Medicina Contemporanea...*, XVI Anno, n° 18, 1-V-1898, pp. 40-41; *idem*, “Casa de Boneca”, *ibidem*, XVII Anno, n° 14, 2-IV-1899, pp. 109-110.

⁽⁵⁾ Georges Vigarello, *Histoire des pratiques de santé. Le sain et le malsain depuis le Moyen Âge*, Paris, Seuil, 1999, p. 148.

⁽⁶⁾ Patrick Bourdelais, “Les logiques du développement de l’hygiène publique”, in *Les Hygiénistes. Enjeux, modèles et pratiques (XVIII ème-XX ème siècles)*, Paris, Éditions Belin, 2001, p. 12.

⁽⁷⁾ Anne Fausto-Sterling, *Sexing the body. Gender politics and the construction of sexuality*, New York, Basic Books, 2000, em especial o capítulo 8, “The rodent’s tale”, pp. 195-232.

entre os que perfilharam o determinismo naturalista e aqueles que, mais optimistas, entendiam que o meio, geográfico, étnico ou social, condicionava, mais ou menos poderosamente, os comportamentos individuais e/ou colectivos. Considerar o homem determinado pela sua natureza, se, por um lado, restringia a responsabilidade individual, por outro, colocava o médico como o único possuidor de conhecimentos capazes de interpretar e, por isso, de prever e controlar os indícios perturbadores da ordem social. Atender aos condicionalismos do meio significava, porventura, prescindir de um poder total; permitia, porém, o alargamento do olhar médico a domínios que até então lhe escapavam. Ora, a partir dos finais de Setecentos, o saber médico, antes de curar, quis prevenir o aparecimento da doença e/ou evitar a eclosão e a propagação das epidemias, problema cada vez mais candente num tempo de crescimento demográfico sem precedentes e de aumento e concentração populacional nos meios urbanos.

Este desenvolvimento implicou o olhar, o tratamento e a cura do corpo individual, em termos de uma crescente e rigorosa disciplina (recorde-se o sentido do termo *polícia* na transição do Antigo Regime, e as muitas atribuições médicas deste corpo de vigilantes); mas também visou constringer todo o corpo social ao seu poder, em nome de um novo objectivo: a saúde pública⁽⁸⁾. Este alargamento permitiu que o médico se assumisse, ao longo do século XIX, como o detentor exclusivo de uma certa tecnologia de poder capaz de socializar o corpo em função da sua força produtiva⁽⁹⁾. Quer isto dizer, e como Ricardo Jorge em 1885 já compreendera, se o seu âmbito de aplicação não se esgotava no conhecimento e terapêutica individual, o seu poder devia estender-se à regulamentarização dos comportamentos colectivos e ao reordenamento dos tempos e dos espaços – públicos ou privados; ou dito de outra forma, o saber da medicina, ao longo de Oitocentos, foi peça fundamental de uma biopolítica – para usar a expressão consagrada por Michel Foucault –, isto é, de um saber/poder sobre a população, que ajudou a tornar mais visível e, por isso, controlável. A saúde passou a ser um objectivo

⁽⁸⁾ Sobre a “polícia médica”, para o Portugal da primeira metade de Oitocentos, veja-se, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, “Liturgia higienista no século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, 1993, pp. 437-559, em especial as pp. 462-492.

⁽⁹⁾ Michel Foucault, “Nacimiento de la medicina social”, in *Estrategias de poder. Obras Essenciales*, vol. II, Barcelona, Paidós, 1999, pp. 365-366.